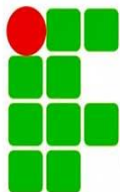


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS 2º TRIMESTRE



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

NOTA EXPLICATIVA - 2º TRIMESTRE DE 2017

REITOR

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Marcos Vicente dos Santos

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Josivaldo de Almeida

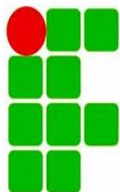
EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Carlos Roberto de Almeida

Francisco Petrucci Neto

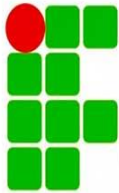
Isabella Medeiros Lopes Ribeiro

Josivaldo de Almeida



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	5
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	6
PROVISÕES	8
IMOBILIZADO	9
INTAGÍVEL.....	14
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS RESTOS A PAGAR.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS.....	18



1. INTRODUÇÃO

A ciência contábil tem como finalidade principal, registrar os atos e fatos a fim de fornecer informações, que contribuam de forma significativa para a adequada tomada de decisão.

No entanto a contabilidade aplicada ao setor público tem como função, efetuar de modo eficiente o registro dos atos e fatos, o controle e a demonstração da execução orçamentaria e financeira refletindo o patrimônio público e suas variações.

Para melhor externar a execução orçamentaria, financeira e patrimonial as demonstrações são auxiliadas pelas notas explicativas, que é o conjunto de informações complementares às demonstrações contábeis, quadros analíticos ou outras demonstrações contábeis necessárias ao pleno esclarecimento da situação e da evolução patrimonial do Órgão.

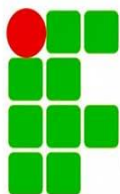
Estas notas proporcionam informações sobre a elaboração das demonstrações contábeis, determinada conta ou saldos e fatos que podem alterar futuramente a situação patrimonial.

Neste descritivo as notas explicativas têm como finalidade auxiliar os usuários interno e externo a compreender as demonstrações contábeis através das evidenciações realizadas e o fluxo de caixa explicitando as contas com fornecedores de material e de serviços, obrigações contratuais, provisões, restos a pagar, imobilizado e o intangível, existentes nesta instituição. Para melhor entendimento utilizamos a análise horizontal para algumas contas e análise vertical para outras.

A análise Horizontal consiste em verificar a evolução dos elementos das demonstrações durante um determinado período. Essa verificação se faz entre valores de uma mesma conta ou grupo de contas, evidenciando a evolução desta por períodos. Já a análise vertical também conhecida como análise da estrutura, facilita a avaliação da estrutura das demonstrações e a representatividade de cada conta em relação ao total, bem como a participação de cada conta do demonstrativo em relação ao resultado do período analisado, sendo desenvolvida por meio de comparações relativas entre valores afins ou relacionáveis identificados numa mesma demonstração.

Ademais, relatamos também as maiores despesas realizadas pelo IFPB neste trimestre referente a estas contas acima citadas e explanamos também os percentuais das contas que faltam realizar a quitação.

Todos os dados foram extraídos dos sistemas: Tesouro Gerencial e do SIAFI – Sistema da Administração Financeira, utilizando os demonstrativos contábeis.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

2. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Esta conta compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar.

Em 30/06/2017, o IFPB apresentou um saldo a pagar de R\$ 5.533.223,41 relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo o total deste valor a curto prazo.

A seguir, mostraremos a tabela referente ao saldo desta conta com a respectiva análise horizontal da mesma.

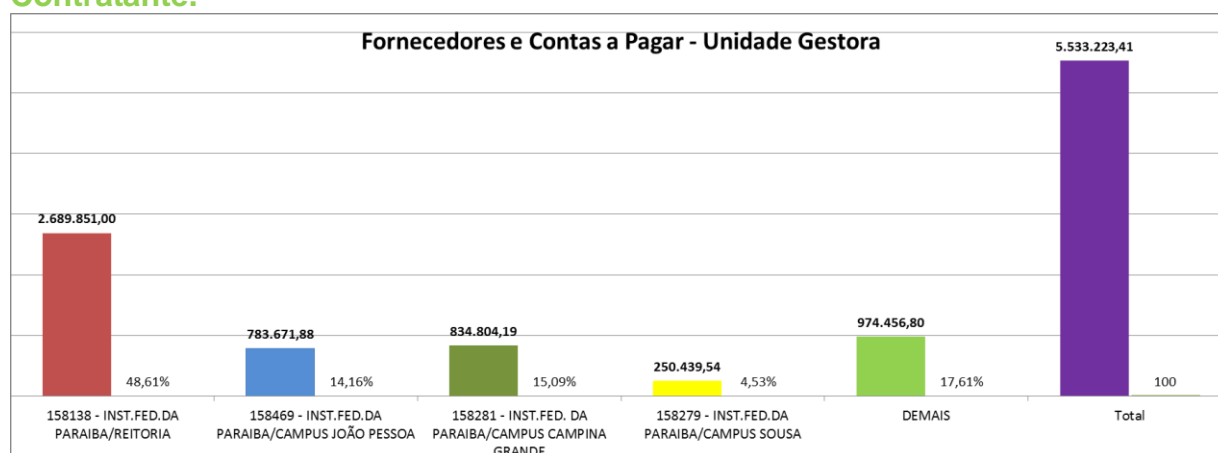
Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

CONTA	30/06/2017	31/12/2016	AH (%)
CIRCULANTE	5.533.223,41	2.630.820,49	110,32%
NACIONAIS	5.533.223,41	2.630.820,49	110,32%
TOTAL	5.533.223,41	2.630.820,49	110,32%

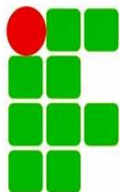
Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

Na continuação, apresentaremos o gráfico 01 relacionando as unidades gestoras contratantes que compõe o saldo dos valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar neste trimestre analisado.

Gráfico 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.



Fonte: SIAFI 2017.

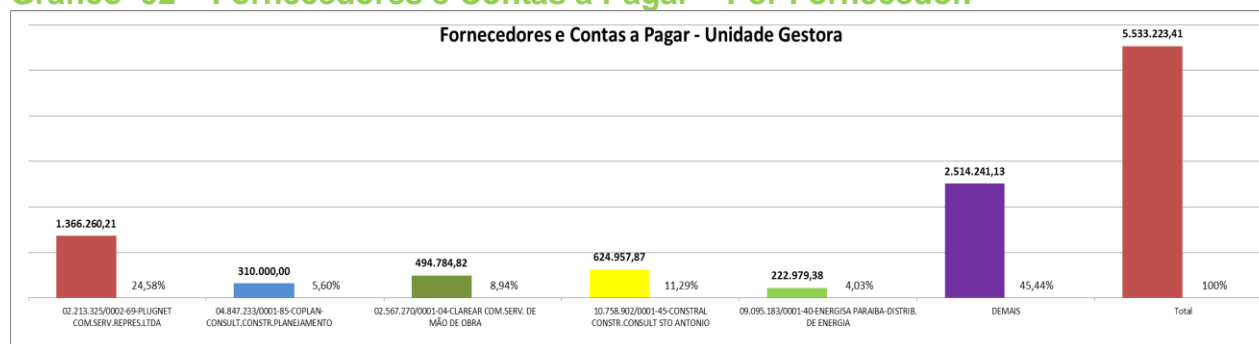


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

O que percebemos é que as unidades gestoras da Reitoria, Campus João Pessoa, Campus de Campina Grande e Campus Sousa, são responsáveis por 82,39% das despesas com fornecedores a serem pagos.

No Gráfico 02, exibimos os fornecedores mais significativos e o referido saldo no trimestre o qual estamos analisando.

Gráfico 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.



Fonte: SIAFI 2017.

Os fornecedores expostos no gráfico 02, representam 54,56% do total a ser pago.

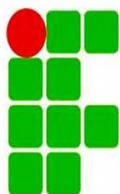
A seguir é apresentado o resumo das atividades desempenhadas por estas empresas :

- **PLUGNET Comércio e Serviços:** Fornecedor de computadores e materiais de informática.
- **COPLAN-Consultoria, Construção e Planejamento:** Prestador de serviços de construção.
- **CONSTRAL- Construção e Consultoria Santo Antônio:** Prestador de serviços de construção.
- **CLAREAR Com. e Serv. de Mão de Obra:** Prestador de serviços continuado para execução de atividades de tradutor de interprete de LIBRAS;
- **ENERGISA Paraíba:** Distribuidora de energia do Estado da Paraíba.

3 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

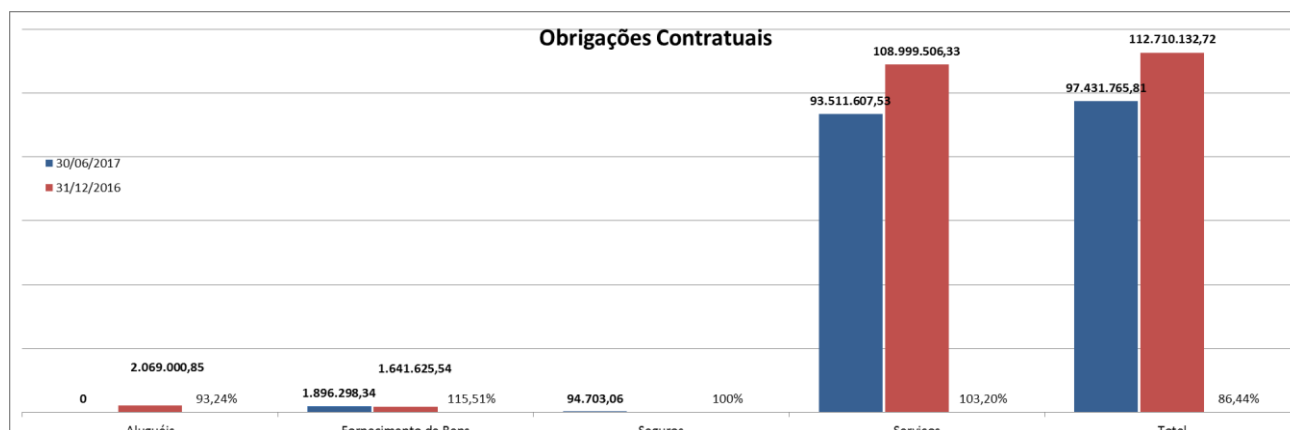
Esta conta representa o valor total dos contratos, esta conta tem saldo de R\$ 97.431.765,81, neste trimestre.

Retratamos a seguir um gráfico que descreve as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

Gráfico 03 – Obrigações Contratuais – Composição.

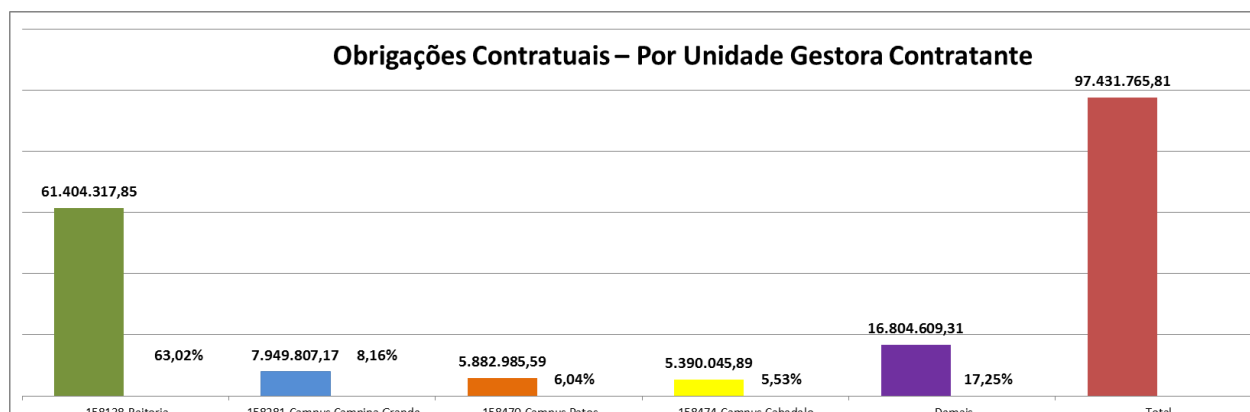


Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços, representam a maioria ou seja 95,98% do total das obrigações.

Na continuação, apresentamos o gráfico que representa as unidades gestoras contratantes que tenham os maiores valores na data base de 30/06/2017.

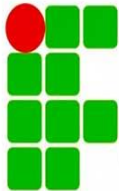
Gráfico 04 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.



Fonte: SIAFI 2017.

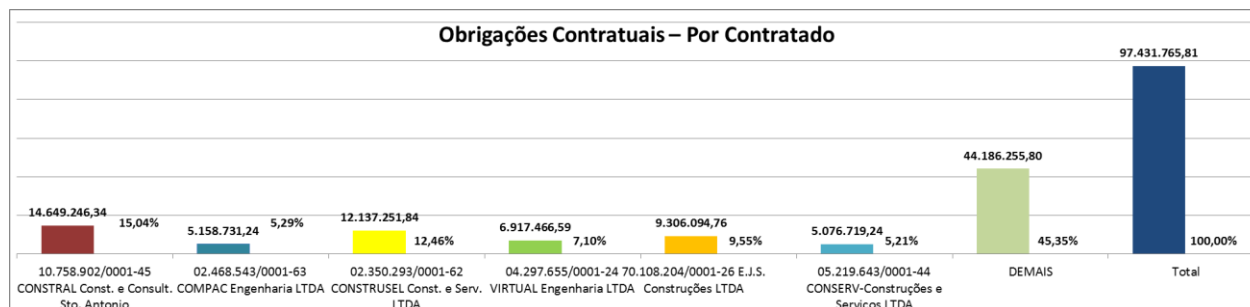
Constatamos que as unidades gestoras da Reitoria, Campina Grande, Cabedelo e Patos são responsáveis por 82,75% do total contratado.

No gráfico a seguir, relacionamos os 07 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/06/2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

Gráfico 05 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.



Fonte: SIAFI 2017.

Os contratados da CONSTRAL, COMPAC, CONSTRUSEL e VIRTUAL representam 39,89% do total a ser pago.

A seguir descrevemos o resumo do objeto contratual realizado com as devidas empresas prestadoras de serviços e o IFPB :

- **CONSTRAL Construtora e Consultoria LTDA:** Empresa responsável pela execução do serviço remanescente da construção do Campus Santa Rita e Catolé do Rocha, em conformidade com os contratos 77/2015 e 40/2016;
- **COMPAC Engenharia LTDA:** Empresa responsável pela construção da 1ª etapa do Campus Santa Rita/IFPB-Implantação do bloco administrativo, bloco acadêmico, guarita e reservatório, em conformidade com os termos da concorrência nº 02/2014.
- **CONSTRUSEL Construções e Serviços LTDA:** Empresa responsável pela execução de serviço remanescente da obra de construção do Campus Itabaiana IFPB. Válido até 22/12/2018.
- **VIRTUAL Engenharia LTDA:** Empresa responsável pela construção do remanescente da obra do Campus Esperança do IFPB, em conformidade com os termos da dispensa nº 028/2015 contrato 76/2015 e seus anexos.

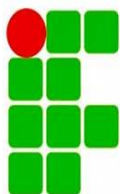
4 – PROVISÕES

Provisão é uma reserva de um valor para atender a despesa que se espera ocorrer. A provisão visa a cobertura de um gasto já considerado certo ou de grande possibilidade de ocorrência.

As provisões representam expectativas de perdas de ativos ou estimativas de valores a desembolsar que, apesar de financeiramente ainda não efetivadas, derivam de fatos geradores contábeis já ocorridos.

Em 30/06/2017, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 52.389,06 reais relacionado a provisões.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões, para os exercícios de 2017 e 2016.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

Tabela 02 – Provisões – Composição.

CONTA	30/06/2017	31/12/2016	AH (%)
Provisões a curto prazo	52.389,06	4.762,52	1100
Provisões a longo prazo	0	0	0
TOTAL	52.389,06	4.762,52	1100

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

As provisões de curto prazo estão concentradas na Unidade Gestora da Reitoria, ou seja, na unidade gestora 158138 temos 100% das provisões de curto prazo.

Tabela 03 – Provisões de Curto Prazo – Composição.

CONTA	30/06/2017	31/12/2016	AH (%)
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	52.389,06	4.762,52	1.000,03
TOTAL	52.389,06	4.762,52	1.000,03

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

5- IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, esse, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/06/2017, o nosso imobilizado apresentou um saldo de R\$ 384.174.725,14 milhões.

Na tabela a seguir, demonstramos a composição do Subgrupo Imobilizado, o qual fizemos um comparativo através da análise horizontal dos exercícios de 2016 e 2017 .

TABELA 04 – IMOBILIZADO

CONTA	30/06/2017	31/12/2016	AH%
BENS MÓVEIS			
(+) Valor Bruto Contábil	111.971.210,48	107.009.016,60	104,64%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(8.866.880,03)	(7.923.637,80)	111,90%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
BENS IMÓVEIS			
(+) Valor Bruto Contábil	281.613.808,62	269.159.935,26	104,63%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(543.413,93)	(305.794,21)	177,70%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
TOTAL	384.174.725,14	367.939.519,85	104,41%

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

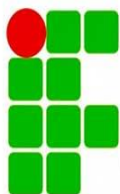


GRÁFICO 06 – BENS MÓVEIS

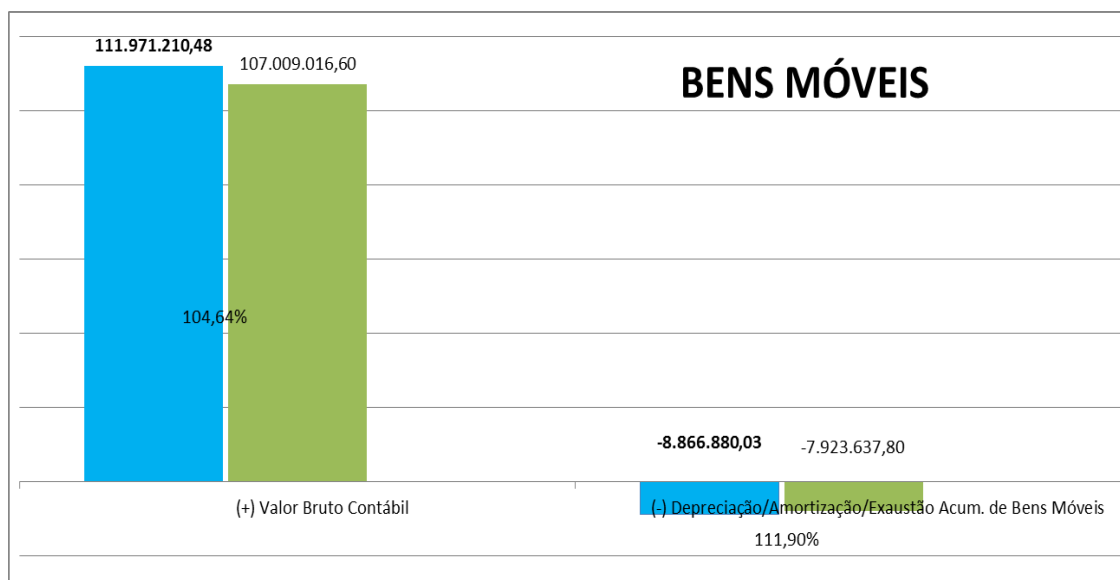
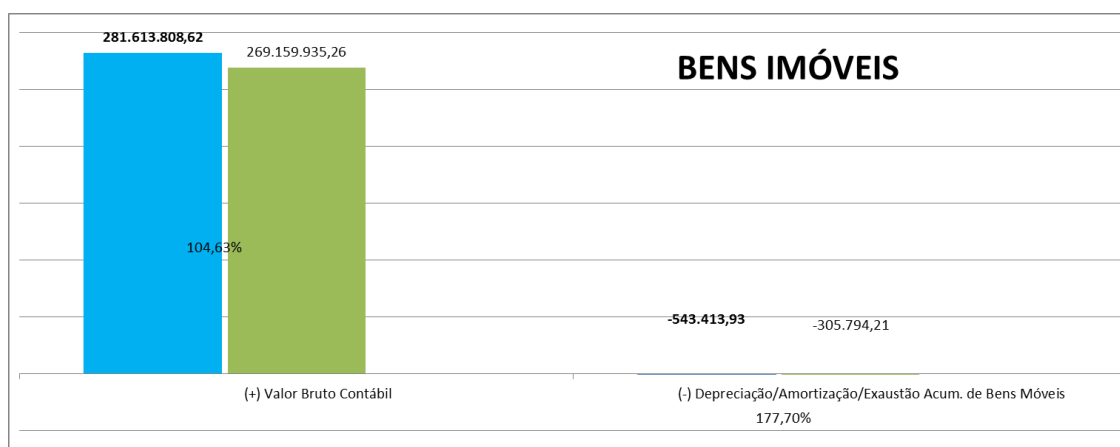
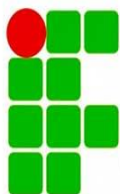


GRÁFICO 07 - BENS IMÓVEIS



5.1 BENS MÓVEIS

Os Bens Móveis do nosso órgão que é 26417, em 30/06/2017 totalizavam R\$ 103.104.330,45 milhões e este valor estar distribuído em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

Tabela 05 – Bens Móveis – Composição

CONTA	30/06/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	30.470.985,33	29.453.127,33	103,45%
Bens de Informática	26.532.891,55	24.257.633,97	109,37%
Móveis e Utensílios	24.716.741,72	23.593.957,51	104,75%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	10.443.376,44	9.894.724,16	105,54%
Veículos	19.440.545,68	19.437.106,52	100,01%
Armamentos	0,01	0,01	100%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	24.205,01	24.205,01	100%
Demais Bens Móveis	342.464,74	348.261,76	98,33%
Depreciação / Amortização Acumulada	-8.866.880,03	-7.923.637,80	111,90%
TOTAL	103.104.330,45	99.085.378,47	104,06

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

Dos Bens Móveis registrados neste Órgão, 55,29% referem-se as contas contábeis, máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas e bens de informática. Na composição do valor da conta máquinas, aparelhos e equipamentos temos as ferramentas e equipamentos, já a conta bens de informática temos os equipamentos de processamento de dados.

5.2 BENS IMÓVEIS

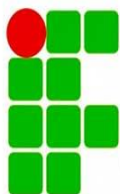
Os Bens Imóveis da União em 30/06/2017 totalizavam R\$ 281.070.394,69 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

TABELA 06 - Bens Imóveis – Composição.

CONTA	30/06/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens de Uso Especial	191.888.432,85	191.001.999,69	100,46%
Bens Imóveis em Andamento	82.673.543,99	71.112.474,55	116,25%
Instalações	893.367,47	893.367,47	100%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	6.158.464,31	6.158.464,31	100%
Depreciação / Amortização Acumulada	-543.413,93	-305.794,21	177,70%
TOTAL	281.070.394,69	268.860.511,81	104,54%

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial e bens imóveis em andamento correspondem a 97,7% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da nossa Instituição, sendo formado pelo montante de R\$ 274.561.976,84 milhões em 30/06/2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

Em síntese, os bens de uso especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de imóveis de uso educacional.

Tabela 07 - Bens de Uso Especial – Composição

CONTA	30/06/2017	31/12/2016	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	3.863.461,97	3.863.461,97	100%
Imóveis de Uso Educacional	179.080.842,20	177.297.154,72	101%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	8.944.128,68	9.841.383,00	90,88%
TOTAL	191.888.432,85	191.001.999,69	100,46%

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

- (a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

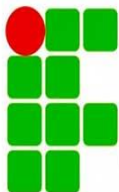
Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Os bens imóveis foram reavaliados através do processo: 23381.001935.2017-28.

- (a.1) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

Todos os bens imóveis estão registrados no SPIUNET.

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo immobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019

(a.3.1) Bens de Infraestrutura

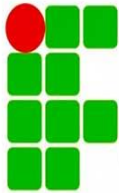
(a.2) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:



$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

O órgão 26417 efetuou ajuste de exercícios anteriores com contrapartida da conta obras em andamento em virtude de baixas em obras com termo de recebimento definitivo de anos anteriores conforme processos: 23381.002381.2017-86;002380.2017-31;002379.2017-15 e 002782.2017-36.

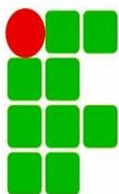
6 – INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são aqueles que não têm existência física, como exemplos de intangíveis temos os direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e patentes, direitos autorais adquiridos, softwares e o fundo de comércio adquirido.

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas ainda não foram testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida não foi revisada anualmente ainda para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. A Ccont do IFPB solicitou através do processo: 23381.003145.2017-87 providências no sentido de atender o prazo estabelecido no (PIPCP).

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

Em 30/06/2017, a nossa instituição apresentou um saldo de R\$ 633.114,48 mil relacionados a intangível.

Na tabela a seguir apresentamos a composição do Subgrupo Intangível, realizamos um comparativo para os exercícios de 2017 e 2016 .

Tabela 08– Intangível – Composição.

CONTA	30/06/2017	31/03/2017	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	125.323,08	125.323,08	0
Software com Vida Útil Indefinida	507.791,40	507.791,40	0
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida			
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida			
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado			
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado			
Amortização Acumulada			
Redução ao Valor Recuperável de Intangível			
TOTAL	633.114,48	633.114,48	0

Fonte: SIAFI 2017.

No intangível, destaca-se o item (Softwares com vida útil indefinida), que representa cerca de 80,2% do grupo.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

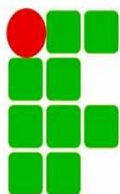
São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

7 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS RESTOS A PAGAR

No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar e constituirão a dívida fluante. Podem-se distinguir dois tipos de restos a pagar: os processados e os não processados.

Os restos a pagar processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Em geral, não podem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens/serviços cumpriu com a obrigação de fazer e a Administração não poderá deixar de cumprir com a obrigação de pagar.

Serão inscritas em restos a pagar as despesas liquidadas e não pagas no exercício financeiro, ou seja, aquelas em que o serviço, obra ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante. Também serão inscritas as despesas não liquidadas quando o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor ou quando o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente.

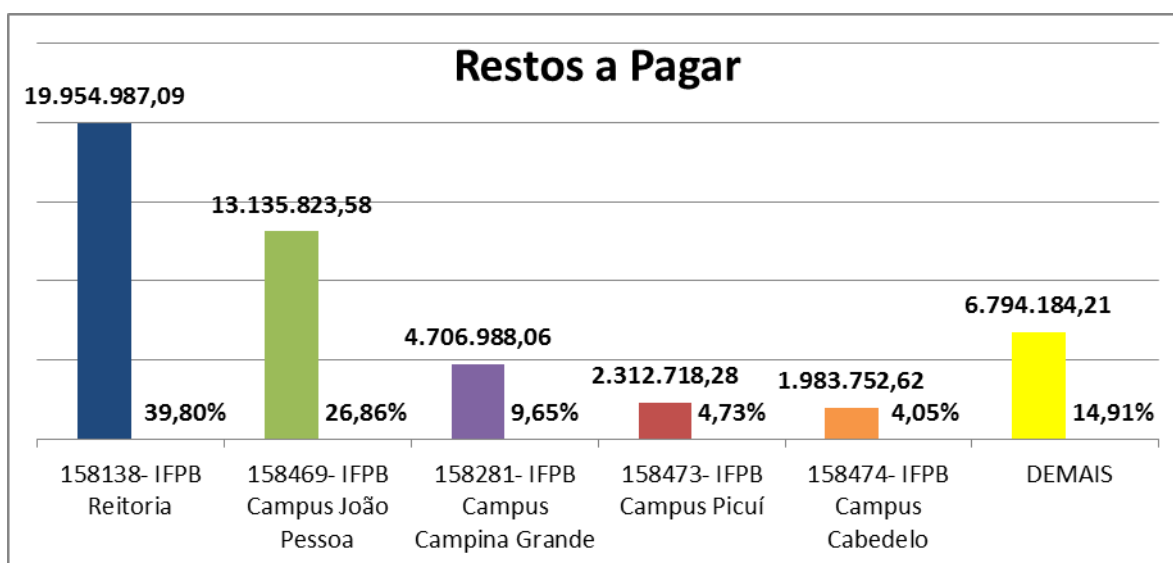


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

A inscrição de despesa em restos a pagar não processados é procedida após a anulação dos empenhos que não podem ser inscritos em virtude de restrição em norma do ente, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar e anulam-se as demais para, após, inscrevem-se os restos a pagar não processados do exercício.

Esta nota explicativa referente ao 2º trimestre de 2017 detalha os valores inscritos e rescritos em Restos a Pagar, bem como a execução individual destes pelas Unidades Gestoras com maiores saldos, através da análise vertical.

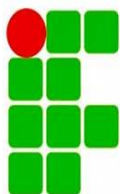
Gráfico 08 – Restos a Pagar Não Processados inscritos



Fonte: SIAFI WEB 2017.

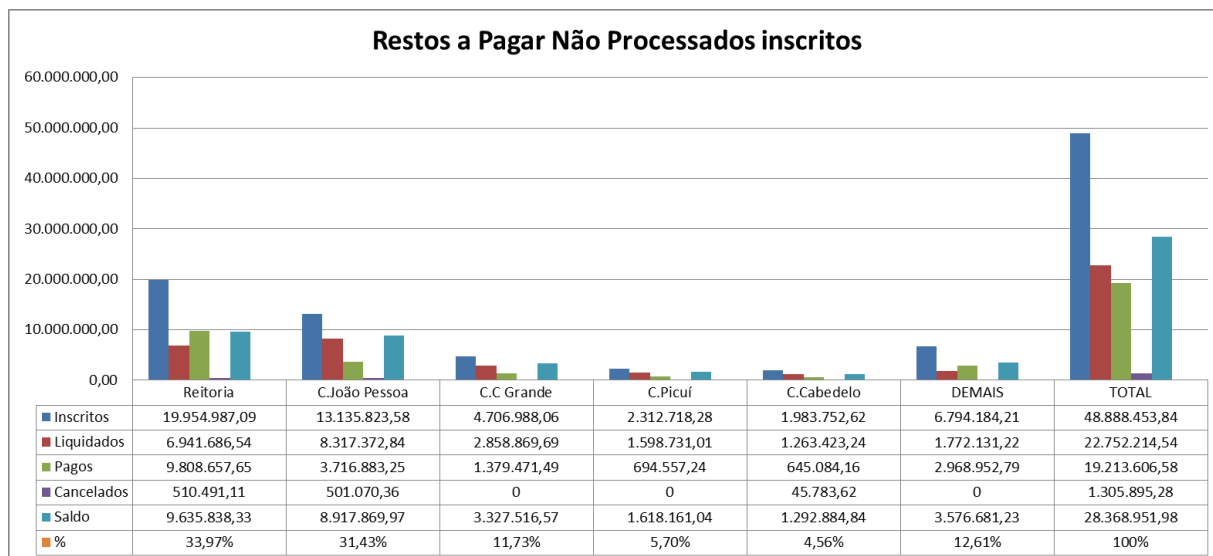
Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).

A maior parte dos Restos a Pagar inscritos e reinscritos em 30/06/2017 são das Unidades Gestoras Reitoria, Campus João Pessoa e Campus Campina Grande, resultando em 76,31%.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

Gráfico 09 – Restos a Pagar Não Processados inscritos

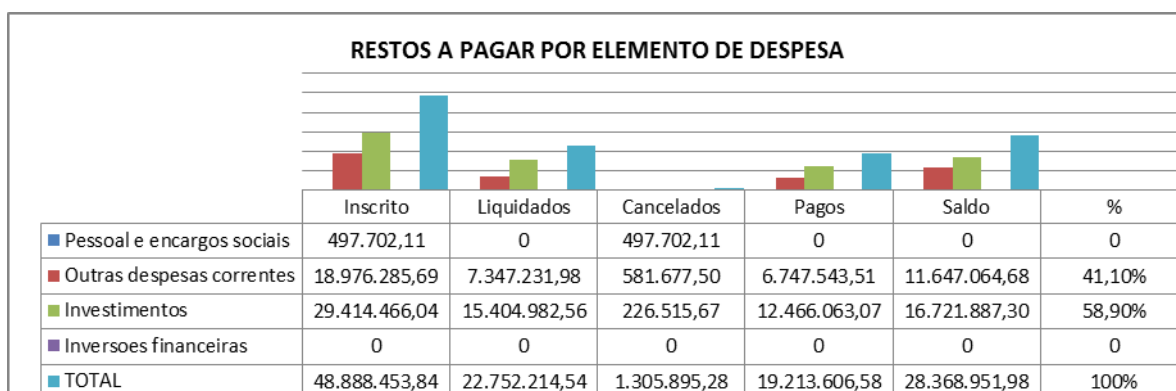


Fonte: SIAFI WEB 2017.

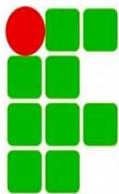
Percebemos através do gráfico acima que os maiores saldos a serem executados dos Restos a Pagar inscritos e reinscritos do IFPB são da Reitoria, Campus João Pessoa e Campus Campina Grande, que totalizaram 77,13% a serem executados no exercício de 2017 e posteriores.

O gráfico abaixo mostra a composição dos restos a pagar no IFPB por Grupo de Despesa. Constatamos que cerca de 58,9% do saldo inscrito se refere ao grupo Investimentos.

Gráfico 10 – Restos a Pagar Por Elemento de Despesa



Fonte: SIAFI WEB 2017.



8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Coordenação de Contabilidade do IFPB, no usos de suas atribuições veio através deste descritivo tornar público as notas explicativas do segundo trimestre de 2017, que foi elaborada com o intuito de auxiliar a gestão e os usuários internos e externos quanto a execução dos recursos disponibilizados para o IFPB.

Neste relatório concluímos que as unidades gestoras 158138, 158469, 158281 e 158279, são responsáveis por 82,39% do total a ser quitado, os fornecedores do IFPB mais significativos são as empresas PLUGNET comércio e serviços, COPLAN-consultoria, construção e planejamento, CONSTRAL construção e consultoria santo antonio, CLAREAR comércio e serviço de mão de obra e a ENERGISA Paraíba.

Contudo a conta obrigações contratuais teve saldo de R\$ 97.431.765,81 em 30/06/2017, onde destas obrigações 95,98% do total é destinado a obrigações contratuais com serviços.

Constatamos também que as unidades gestoras 158138, 158281, 158469 e 158470 são responsáveis por 82,75% do total contratado e que as empresas que prestam serviços para o IFPB como CONSTRAL, COMPAC, CONSTRUSEL e VIRTUAL representam 39,89% do total a ser pago.

Analisamos ainda as provisões do Órgão que apresentou um saldo de R\$ 52.389,06 reais. Este saldo está relacionado as provisões de curto prazo da Unidade Gestora da Reitoria.

No entanto em 30/06/2017, o IFPB apresentou o imobilizado de R\$ 384.174.725,14 milhões, sendo R\$ 103.104.330,45 milhões de bens móveis e R\$ 281.070.394,69 milhões de bens imóveis.

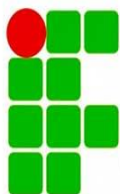
Já chegando ao fim, analisamos os restos a pagar mostrando que os maiores saldos a serem executados dos Restos a Pagar inscritos e reinscritos do IFPB são da Reitoria, Campus João Pessoa e Campus Campina Grande, que totalizaram 77,13%, ainda concluímos que cerca de 58,9% do saldo inscrito em restos a pagar, se refere ao grupo de natureza de despesa "Investimentos".

E por fim, em 30/06/2017 tivemos um intangível com saldo de R\$ 633.114,48.

9- REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 4.320, de 05 de maio de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, RJ, 16 mar. 1953. Seção 1, p. 3921.

BRASIL, Tesouro Nacional, **Manual do SIAFI**, Classificações Orçamentárias. Disponível em:< <https://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/020300/020332> >, Acesso em agosto de 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PRAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

BRASIL, Tesouro Nacional, **Manual de Contabilidade Aplicada ao setor público parte IV – Plano de Contas aplicado ao setor público**, Disponível em: < http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca/arquivos-mcasp/mcasp_6edicao.pdf >, Acesso em agosto de 2017.

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracoescontabeis.htm>

BRASIL, Tesouro Nacional, **Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI**, Disponível em : <https://siafi.tesouro.gov.br/senha/public/pages/security/login.jsf> , Acessado durante o ano de 2017.

BRASIL, Tesouro Nacional, **Tesouro Gerencial**, Disponível em: <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/servlet/mstrWeb?pg=login&v=150403995526> > acessado durante o ano de 2017.

Zanluca, Júlio César , **Demonstrações Contábeis ou Financeiras**, Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracoescontabeis.htm>, Acessado em agosto de 2017.